

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.554.079 - RJ (2019/0224745-0)

RELATOR : **MINISTRO OG FERNANDES**
AGRAVANTE : SV ENGENHARIA S/A
ADVOGADOS : GUSTAVO FERNANDES DE CARVALHO E OUTRO(S) - RJ123451
ROBERTO SELVA CARNEIRO MONTEIRO FILHO - RJ144373
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por SV Engenharia S.A. contra decisão que inadmitiu o recurso especial.

Impugnados os fundamentos da decisão agravada, conheço do agravo e passo a examinar o apelo nobre.

Inicialmente, não há falar em negativa de prestação jurisdicional quando a Corte de origem decide a controvérsia com base em fundamentação clara e adequada, de acordo com a petição de agravo de instrumento.

Quanto ao mais, o Tribunal Regional consignou que, "entre a data de cancelamento do último pedido de parcelamento da Lei n. 11.941/09, em 29/12/2011, e a data do ajuizamento da ação, em 10/07/2014, não transcorreram mais de 5 (cinco) anos ininterruptos. Por conseguinte, quando proposta a ação os referidos créditos não estavam extintos pela prescrição".

A pretensão recursal que busca infirmar as premissas do acórdão impugnado esbarra no óbice constante da Súmula 7/STJ. Os fatos são aqui recebidos tal como estabelecidos pelo Tribunal *a quo*. Se a violação do dispositivo legal invocado perpassa pela necessidade de se fixar premissa fática diversa da que consta do acórdão impugnado, inviável o apelo nobre:

Recurso especial.

Não ofende o princípio da Súmula 7 emprestar-se, no julgamento do especial, significado diverso aos fatos estabelecidos pelo acórdão recorrido. **Inviável é ter como ocorridos fatos cuja existência o acórdão negou ou negar fatos que se tiveram como verificados.**

(AgRg nos EREsp 134.108/DF, Rel. Min. EDUARDO RIBEIRO, CORTE ESPECIAL, julgado em 2/6/1999, DJ 16/8/1999, p. 36)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "b", do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 08 de outubro de 2019.

Ministro Og Fernandes
Relator

